



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº	10711.730220/2013-21
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	3301-012.632 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	27 de junho de 2023
Recorrente	FIGWAL TRASNPORTE INTERNACIONAIS LTDA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Ano-calendário: 2008

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. MULTA ADMINISTRATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. INFORMAÇÃO SOBRE VEÍCULO OU CARGA TRANSPORTADA NA FORMA E PRAZO ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO.

A multa estabelecida no art. 107, inciso IV, alínea “e” do Decreto-Lei nº 37/66, com a redação dada pelo art. 77 da Lei nº 10.833/2003 pela não prestação de informação sobre veículo ou carga nele transportada, na forma e prazo estabelecidos pela IN RFB nº 800/2007, é aplicável para cada informação não prestada ou prestada em desacordo com a forma ou prazo estabelecidos pela mesma norma. As alterações ou retificações das informações já prestadas anteriormente pelos intervenientes não configuram prestação de informação fora do prazo, não sendo cabível, portanto, a aplicação da citada multa, consoante entendimento externado pela Solução de Consulta Interna COSIT nº 02/2016.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, para dar-lhe provimento e exonerar o crédito tributário constituído.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ari Vendramini - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe (Presidente), Ari Vendramini, Laercio Cruz Uliana Junior, José Adão Vitorino de Moraes, Jucileia Souza de Lima, Sabrina Coutinho Barbosa e Semíramis de Oliveira Duro.

Relatório

Trata-se de auto de infração pela não prestação de informação sobre veículo ou carga transportada no prazo determinado pela legislação aduaneira, ensejando a aplicação de penalidade consubstanciada na multa regulamentar prevista no artigo 107, IV “e” do Decreto-Lei nº 37/66 com a redação dada pelo artigo 77 da Lei nº 10.833/03, por descumprimento do prazo estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 800/2007.

Intimada da lavratura do Auto de Infração, a ora Recorrente apresentou impugnação, que a DRJ/RIO DE JANEIRO considerou improcedente e manteve o crédito tributário constituído.

Irresignada, a ora Recorrente interpôs Recurso Voluntário perante este CARF, em síntese, alegando :

- Nos casos da espécie, devendo prestar outros serviços conexos, aufera no momento da “desconsolidação da carga”, e diretamente do importador determinado valor por esta prestação de serviços; No caso em tela, bastava verificar a documentação carreada aos autos e confirmar que o valor envolvido na operação foi bem inferior ao valor da multa aplicada; Ou seja, valor incomparavelmente menor do que a indigitada penalidade aplicada, eis que seu valor de R\$ 5.000,00, (cinco mil reais), é demasiadamente oneroso para a Recorrente; Neste diapasão, em que pese o Venerável Decisum prolatado julgar improcedente a IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE INFRAÇÃO, há que se fazer a sua reforma, eis que sim, houve onerosidade na aplicação da penalidade, de tal sorte que configurou-se verdadeiro **CONFISCO**. Assim é que, com a devida vênia, requer-se desde já seja a reconsiderada a decisão, declarando-se **CONFISCATÓRIA** a multa aplicada no caso dos autos em comento eis que deve manifestar-se sobre a aplicabilidade do princípio da vedação ao confisco às multas fiscais à luz do axioma da proporcionalidade.

- DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA - Repise-se que a Medida Provisória 497/10 editada pela Receita Federal do Brasil, ampliou o alcance do instituto da denúncia espontânea no âmbito aduaneiro com a nova redação do artigo 102, §2º do Decreto-lei nº 37 de 1966; Novamente esclarecendo, em que pese a denúncia espontânea e a correção ser efetuada poucas horas do nascimento do fato gerador, não há razão para a aplicação de penalidades, justamente pelo fato da utilização do instituto da denúncia espontânea, ainda assim o Órgão Fiscalizador, decorridos tantos anos lavra o auto de infração; Doutos Julgadores, com a Medida Provisória o instituto da denúncia espontânea passou a alcançar as penalidades de natureza tributária e administrativa, motivo pelo qual desde já, requer-se pela EXONERAÇÃO do crédito tributário, com sua consequente baixa; Sem maiores problemas, considerando **não** se tratar de importação sujeita à pena de perdimento, a Recorrente, concluiu a desconsolidação da carga de acordo com o contido no auto de infração ou seja para o caso em análise, efetuou a devida correção pouco tempo da atracação do Navio, Solucionadas todas as pendências sem maiores problemas, entraves e/ou intimações da Alfândega Brasileira, decorrido pouco tempo da chegada do Navio, temos que houve a denúncia espontânea, motivo pelo qual injusta qualquer penalização;

- REQUER –

- a) Requer inicialmente e nos moldes do artigo 151, Inciso III, do Código Tributário Nacional, seja suspensa a exigibilidade fiscal imposta a Recorrente;
- b) Considerando que a r. decisão NÃO se manifestou expressamente sobre a questão de DENÚNCIA ESPONTÂNEA, assim como levada a efeito na defesa, que este r. Órgão, analisando o caso em concreto, manifeste-se e respeitosamente julgue improcedente a penalidade eis que a recorrente apresentou de forma espontânea as informações, de tal sorte que efetivamente deu-se a “denúncia espontânea” assim como lançada na impugnação e agora no Recurso impetrado que busca o reformatio do decisum;
- c) Requer, outrossim, seja reformulado o decisum que manifestou-se sobre CONFISCO e seja, por este r. Órgão Julgador julgado procedente os requerimentos da Recorrente;

É o Relatório.

Voto

Conselheiro Ari Vendramini, Relator.

O recurso voluntário reúne os pressupostos legais de interposição, portanto dele tomo conhecimento.

- INFORMAÇÃO SOBRE O EMBARQUE. CORREÇÃO DE DADO INFORMADO ANTERIORMENTE NÃO CONFIGURA A CONDUTA DESCrita NO ART. 107, INCISO IV, ALÍNEA 'E', DO DECRETO-LEI N° 37/66.

Cabe inicialmente lembrar que o auto de infração foi lavrado porque a ora Recorrente promoveu, depois do prazo regulamentar, retificação nos Conhecimentos Eletrônicos (CE's), conforme descreve a autoridade fiscal em seu auto de infração.

DOS FATOS

A agência de carga FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.145.008/0003-65, também cadastrada junto ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM - como agente desconsolidador, como se verifica nas telas impressas dos sistemas CNPJ e Mercante, constantes no Anexo I, a fls. 20 e 21, solicitou as retificações de dados discriminadas na planilha de Conhecimentos Eletrônicos, constante no Anexo II, a fls. 22, tendo sido gerado pelo sistema Mercante um número de protocolo respectivo para cada pleito, conforme telas do mesmo sistema, constantes no Anexo III, a fls. 23 a 64.

A supracitada planilha elenca os dados referentes à atracação da embarcação no porto de destino do seu CE-Mercante Genérico respectivo - Rio de Janeiro/RJ - tais como o n.º da escala respectiva, a data e a hora da atracação. Esse momento, por sua vez, estabeleceu o prazo limite para que a empresa FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA solicitasse a alteração dos dados de sua responsabilidade de forma tempestiva, conforme disposto no art. 22, III e art. 50 da IN RFB n.º 800, de 27/12/2007, com redação alterada pela IN RFB n.º 899, de 29/12/2008.

Outrossim, a mesma planilha oferece as informações referentes às solicitações de retificação, evidenciando o caráter intempestivo das mesmas com a indicação do n.º de protocolo respectivo, data/hora de seu registro, seu "status" de "Aprovada" (configurando o respectivo deferimento por parte da RFB), o nome e n.º do CPF do funcionário responsável e o n.º identificador do computador (IP) de onde se originou o pedido.

Destarte, configura-se penalidade punível com multa no valor de **R\$5.000,00** (cinco mil reais), por deixar de prestar informação sobre a carga na forma e no prazo estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, definida em cada solicitação de retificação deferida (aprovada) pela mesma, conforme o n.º do protocolo respectivo, com base na alínea "e" do inciso IV do art. 107 do Decreto-Lei n.º 37, de 18/11/1966, com redação dada pelo art. 77 da Lei n.º 10.833, de 29/12/2003.

Há que se destacar que a recorrente promoveu a retificação destes documentos, conforme atesta a planilha elaborada pela própria autoridade fiscal, ás e-fls. 22 dos presentes autos :

PLANILHA DE CONHECIMENTOS ELETRÔNICOS
Autuado: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA
CNPJ: 62.145.068/0003-65 - PAF: 10711.730220/2013-21

DADOS										OCORRENCIA			
Conhecimento Eletrônico	Tipo	CE Genérico Respetivo	Escala nº	Data/hora da Atrac. no 1º porto	Data/hora limite para solicitação (*)	Item de Carga	Nº Protocolo	Data/Hora da Solicitação	Status	Nome do Funcionário que Solicitou a Retificação	CPF	IP do Computador	Valor da Multa
130905226472905	HBL	130805222878253	080002989835	06/01/2009 15:50:00	06/01/2009 15:50:00	Item de Carga	0001 0004930368	21/01/2009 09:33:03	Aprovada	Carlos Alberto Paulo Oliveira	038.120.727-14	200.223.202,58	5.000,00
130905004433453	HBL	13090500247105	0800032107	23/01/2009 21:19:00	23/01/2009 21:19:00	Item de Carga	0001 0005210144	26/01/2009 09:12:23	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.198	5.000,00
130905004347611	HBL	130905002451101	08000321107	23/01/2009 21:19:00	23/01/2009 21:19:00	Item de Carga	0001 00052202269	26/01/2009 14:52:04	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.198	5.000,00
130805230481644	HBL	130805222878334	080002989835	06/01/2009 15:50:00	06/01/2009 15:50:00	Item de Carga	0001 0005027861	27/01/2009 09:49:53	Aprovada	Carlos Alberto Paulo Oliveira	038.120.727-14	189.567.198	5.000,00
130905004386023	HBL	130905002459910	0800032107	23/01/2009 21:19:00	23/01/2009 21:19:00	Item de Carga	0001 0005047080	29/01/2009 11:13:51	Aprovada	Carlos Alberto Paulo Oliveira	038.120.727-14	189.567.198	5.000,00
130905007951600	HBL	1309050024949126	08000012223	23/01/2009 02:53:00	23/01/2009 02:53:00	Item de Carga	0001 0005048989	26/01/2009 15:41:35	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.198	5.000,00
1309050012063542	HBL	130905011881068	08000023080	05/02/2009 08:00:00	05/02/2009 08:00:00	Dados Básicos	-	10/02/2009 09:25:36	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.197	5.000,00
130400012063542	HBL	130905011881060	08000023080	05/02/2009 08:00:00	05/02/2009 08:00:00	Item de Carga	0001 0005116281	10/02/2009 08:30:15	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.197	5.000,00
130905009175843	HBL	1309050028275699	08000020757	30/01/2009 06:11:00	30/01/2009 06:11:00	Item de Carga	0001 0005116341	10/02/2009 08:30:15	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.197	5.000,00
130905036579232	HBL	130905035739183	08000072129	02/04/2009 23:45:00	31/03/2009 23:45:00	Dados Básicos	-	06/02/2009 14:02:58	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	189.567.198	5.000,00
130905048078056	HBL	130905042308868	08000109000	01/05/2009 08:34:00	29/04/2009 08:34:00	Item de Carga	0001 0005060144	12/05/2009 09:01:49	Aprovada	Carlos Alberto Paulo Oliveira	038.120.727-14	187.9.54.202	5.000,00
130905044790346	HBL	13090503932232	08000106338	28/04/2009 23:07:00	28/04/2009 23:07:00	Item de Carga	0001 0005060144	19/05/2009 16:40:17	Aprovada	Carlos Alberto Paulo Oliveira	038.120.727-14	187.9.54.202	5.000,00
130905056533483	HBL	130905051621596	08000135562	21/05/2009 16:59:00	19/05/2009 16:59:00	Item de Carga	0001 0005062016	22/05/2009 16:12:33	Aprovada	Carlos Alberto Paulo Oliveira	038.120.727-14	187.9.54.202	5.000,00
1309050565223611	HBL	13090505140469	08000140469	21/05/2009 00:54:00	19/05/2009 00:54:00	Item de Carga	0002 0005062022	22/05/2009 00:22:49	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
1309050565223611	HBL	130905054779493	08000140469	21/05/2009 00:54:00	19/05/2009 00:54:00	Dados Básicos	-	25/05/2009 00:27:14	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
1309050565223611	HBL	130905054779493	08000140469	21/05/2009 00:54:00	19/05/2009 00:54:00	Item de Carga	0002 0005062022	26/05/2009 03:21:25	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
130905053328005	HBL	130905052167101	08000126394	13/05/2009 00:44:00	11/05/2009 00:48:00	Item de Carga	0001 00050674840	26/05/2009 16:57:59	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
130905053328005	HBL	130905052167101	08000126394	13/05/2009 00:44:00	11/05/2009 00:48:00	Item de Carga	0001 00050683050	27/05/2009 14:35:40	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
130905071772760	HBL	130905071772760	08000177996	23/06/2009 07:42:00	21/06/2009 07:42:00	Item de Carga	0001 000506817498	24/06/2009 13:46:50	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
130905071772760	HBL	130905071772760	08000177996	23/06/2009 07:42:00	21/06/2009 07:42:00	Item de Carga	0001 000506838860	30/06/2009 09:09:04	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
130905074195713	HBL	13090507222204	08000187945	29/06/2009 07:35:00	27/06/2009 07:35:00	Dados Básicos	-	30/06/2009 14:18:13	Aprovada	Anitra Pacheco Quintanilha Festas	014.897.407-40	187.9.54.202	5.000,00
VALOR TOTAL													185.069,00

Por sua clareza e precisão, adotamos, com a devida vênia, os dizeres do Acórdão de nº 3301-010.676 , desta 3^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária, exarado no processo administrativo de nº 11968.000686/2009-73, de relatoria da I. Conselheira Liziane Angelotti Meira, por se aplicar *in totum* ao caso litigado nestes autos :

“O enquadramento legal usado pela Fiscalização para a autuação, art. 107, IV, “e”, do Decreto-Lei nº 37, de 1966, deixa claro que a penalidade é aplicada com o não cumprimento da obrigação, e não com o seu cumprimento incorreto, mesmo que ocorra prejuízo ao controle aduaneiro em ambos os casos, conforme abaixo (destaque acrescido):

Art. 107. Aplicam-se ainda as seguintes multas: (...) IV - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) (...) e por deixar de prestar informação sobre veículo ou carga nele transportada, ou sobre as operações que execute, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, aplicada à empresa de transporte internacional, inclusive a prestadora de serviços de transporte internacional expresso porta-a-porta, ou ao agente de carga;

Para solucionar controvérsias e a fim de uniformizar os procedimentos atinentes às Unidades da RFB, a Coordenação-Geral de Tributação emitiu a Solução de Consulta Interna (SCI) Cosit nº 2, de 04/02/2016, cuja ementa assim esclareceu:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. CONTROLE ADUANEIRO DAS IMPORTAÇÕES. INFRAÇÃO. MULTA DE NATUREZA ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIA.

A multa estabelecida no art. 107, inciso IV, alíneas “e” e “f” do Decreto- Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, com a redação dada pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, é aplicável para cada informação não prestada ou prestada em desacordo com a forma ou prazo estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007. As alterações ou retificações das informações já prestadas anteriormente pelos intervenientes não configuram prestação de informação fora do prazo, não sendo cabível, portanto, a aplicação da citada multa. Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966; Instrução Normativa RFB nº 800, de 27 de dezembro de 2007.

A SCI acima esclareceu que as alterações ou retificações de informações já prestadas pelos intervenientes não configuram prestação de informação fora do prazo, não sendo

cabível, portanto, a aplicação da citada multa, estabelecida no art. 107, IV, “e” e “f”, do DecretoLei nº 37, de 1966, com redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003.

Em síntese, o núcleo do tipo infracional previsto no art. 107, IV, “e”, do DecretoLei nº 37, de 1966, pressupõe uma conduta omissiva do sujeito passivo (deixar de prestar informações sobre veículo ou carga nele transportada, ou sobre as operações que execute), não comportando a hipótese dos presentes autos (retificação de CE), de modo a considerá-la como infração.

Ademais, o procedimento de retificação tratado nos presentes autos respeitou o artigo 27-A da IN 800, de 27/12/2007, e não pode ser confundido com a determinação regulamentar, de ter deixado de prestar informações; esta sim, ensejadora da multa.

Art. 27-A. Entende-se por retificação [...] II – de CE, a alteração, exclusão ou desassociação de CE, bem como a inclusão, alteração ou exclusão de seus itens após:

Enfim, inexiste respaldo legal para a exigência. Portanto, deve ser aplicada a SCI Cosit nº 02, de 2016, à presente situação. Dessa forma, com base no entendimento exarado pela RFB na SCI Cosit nº 02, de 2016, aplicável ao caso dos autos (retificação intempestiva de informações já prestadas), deve ser cancelada a autuação.

Conclusão

Dante de todo o exposto, conheço do Recurso Voluntário, para dar-lhe provimento e exonerar o crédito tributário constituído.

(documento assinado digitalmente)

Ari Vendramini